

Caio Gomez



Iniciativa tem como objetivo dificultar atuação de golpistas que usam anúncios pagos nas redes

CONSUMIDOR

Anúncios vão ter verificação na internet

Governo e Google firmam parceria para criar um sistema que vai checar e certificar anunciantes de produtos e serviços financeiros oferecidos nos meios digitais

» PEDRO JOSÉ*

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e da Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi), firmou acordo de cooperação com o Google Brasil para criar um sistema de verificação de anunciantes de produtos e serviços financeiros. A iniciativa, anunciada ontem pelo governo, tem como objetivo dificultar a atuação de golpistas que utilizam anúncios pagos para promover investimentos falsos, empréstimos fraudulentos, corretoras inexistentes e falsas fintechs. Pelas novas regras, empresas interessadas em anunciar produtos financeiros deverão comprovar sua identidade, demonstrar existência legal, apresentar autorização emitida por órgãos reguladores, como Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Superintendência de Seguros Privados (Susep), além de comprovar que possuem autorização para representar a instituição financeira anunciada. A medida está alinhada ao novo decreto que regulamenta o Marco Civil da Internet, que prevê a responsabilização de plataformas digitais pela veiculação de anúncios fraudulentos caso elas deixem de adotar mecanismos de prevenção e remoção desses conteúdos. Após a validação, as empresas receberão o status de “anunciante financeiro verificado”, requisito obrigatório para a divulgação de publicidade relacionada ao setor financeiro na plataforma. O Google poderá suspender ou revogar essa certificação caso identifique informações falsas, práticas fraudulentas ou a perda da autorização regulatória da empresa. Como parte da parceria, o Ministério da Justiça e os órgãos

reguladores também desenvolverão um cadastro oficial de instituições financeiras autorizadas. A base de dados permitirá que o Google realize a verificação automática das empresas antes da aprovação dos anúncios, reduzindo a circulação de publicidade irregular. Para o advogado especialista em Crimes Cibernéticos e presidente da Comissão Nacional de Cibercrimes da Abracrim, Luiz Augusto Filizzola D’Urso, a medida fortalece o combate aos golpes financeiros que utilizam anúncios patrocinados para alcançar vítimas. “Ao criarem esses mecanismos de checagem muito mais efetivos, as big techs vão impedir a entrega de grande parte de conteúdo ilícito para golpes, principalmente de golpes financeiros, porque não aprovarão tais campanhas. E isso é extremamente importante para a situação de combate aos crimes cibernéticos que enfrentamos hoje”, explicou. Segundo o secretário nacional de Direitos Digitais, Victor Fernandes, a iniciativa amplia a responsabilidade das plataformas na prevenção de fraudes. “Este acordo representa um passo concreto na construção de um ambiente digital mais seguro para o cidadão brasileiros. É uma medida eficaz para combater anúncios fraudulentos na internet”, afirmou. O Secretário Nacional do Consumidor, Ricardo Morishita, destacou que o enfrentamento aos golpes digitais depende da atuação conjunta entre o poder público e as empresas de tecnologia. “Com a verificação de anunciantes de produtos financeiros, damos um passo importante para reduzir golpes e ofertas enganosas que atingem diretamente o bolso e a confiança das famílias brasileiras”, disse. ***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

RIOPREVIDÊNCIA

RJ pede bloqueio de bens de gestoras

» ALÍCIA BERNARDES

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro ingressou na Justiça com pedidos para bloquear bens de três gestoras de investimentos vinculadas à Master Corretora, integrante do grupo comandado pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro, além do patrimônio de seus respectivos administradores. A iniciativa ocorre após o RioPrevidência registrar perdas relacionadas a aportes de R\$ 641,4 milhões em dois fundos de investimento que tiveram sua situação agravada com a liquidação do Banco Master, em novembro do ano passado. Os prejuízos também estão no centro da Operação Barco de Papel, conduzida pela Polícia Federal (PF), que investiga possíveis irregularidades na aplicação de recursos do fundo previdenciário dos servidores do estado fluminense. Segundo a PF, os investimentos do RioPrevidência no Banco Master somam cerca de R\$ 970 milhões e teriam sido realizados de forma temerária. A autarquia, por sua vez, nega qualquer irregularidade e afirma que atuou dentro das normas aplicáveis. Em três ações judiciais, um grupo de nove procuradores estaduais sustenta que as perdas financeiras atingiram níveis considerados preocupantes. Um dos processos envolve o fundo Revolution, que recebeu R\$ 481,4 milhões do RioPrevidência. Embora o patrimônio estimado

do fundo seja de R\$ 567,8 milhões, a Procuradoria afirma que a composição da carteira permanece sob sigilo e é formada, em sua maior parte, por ativos de crédito privado com remuneração de até 180% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Além do bloqueio de bens, o Estado pediu tutela cautelar para assegurar o resgate dos recursos, solicitado pelo RioPrevidência, previsto para 17 de agosto. A medida também busca tornar indisponíveis imóveis, veículos, participações societárias, marcas, embarcações, aeronaves, criptomoedas e outros ativos da gestora Acura Capital e de seus diretores, Fernando Luiz de Senna Figueiredo e Ana Cristina Guerreiro Bezerra, com o objetivo de preservar patrimônio para eventual ressarcimento de danos. Outro processo tem como alvo o fundo Texas I FIA, que recebeu aporte de R\$ 150 milhões do RioPrevidência. Conforme a Procuradoria, o investimento foi reduzido para R\$ 14,8 milhões em menos de um ano, representando uma desvalorização superior a 90%. Nas petições, os procuradores afirmam que o fundo concentrou cerca de 96% da carteira em ações da Ambipar, e manteve a estratégia mesmo diante de questionamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A ação ainda pede o bloqueio de bens da gestora Axor, da corretora Trustee DTVM e dos diretores Alexandre Marchesani Canata e Felipe Mota Separovic Rodrigues.

CAPITALMOTOWEEK.COM.BR
@CAPITALMOTOWEEK

acelera

Está chegando a hora
de viver a cidade da moto.

BARÃO VERMELHO ENCONTRO
FORMAÇÃO ORIGINAL

NAZARETH EAGLE-EYE CHERRY
MARCELO FALCÃO TIHUANA
RAIMUNDOS MATANZA RITUAL
MASTERS OF VOICES LVCAS
DI FERRERO VELVET CHAINS
GIANA THE JAILBIRDS SUPLA

e mais de 100 shows em 10 dias de festival

Ingressos
Antecipados em:
BilheteriaDigital.com

40%
DE DESCONTO*

Este projeto foi/é realizado com recursos da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal.

APRESENTAM:	PATROCÍNIO:	CERVEJA OFICIAL:
Lei Rouanet	BANCO DO BRASIL CAIXA	SPATEN
GASOLINA OFICIAL:	MOTO OFICIAL:	CAPACETE OFICIAL:
podium	HONDA	LS2
PARCERIA DE MÍDIA:	APOIO:	INCENTIVO:
CORREIO BRAZILIENSE	ICUATEMI ifood LATAM SEBRAE SEST SENAT trib	Secretaria de Cultura e Economia Criativa GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL MINISTERIO DA CULTURA
		PRODUÇÃO, GESTÃO E REALIZAÇÃO:
		CMW SABE